



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROTÓCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº

Proj. de Lei Comp. nº 927/2017

Resolução

Decreto Legislativo

Emenda

Data 11/07/17 Horário 15:00

MENSAGEM Nº 53 / 2017.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 65 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que ***"Institui no Município de Porto Velho o Compromisso de Ajustamento de Conduta Disciplinar, como solução alternativa de procedimento disciplinar e de punição, e dá outras providências"***.

Em síntese, o Projeto de Lei Complementar tem por objetivo instituir no Município de Porto Velho, o Compromisso de Ajustamento de Conduta Disciplinar, como solução alternativa de procedimento disciplinar e de punição às infrações disciplinares de menor potencial ofensivo.

A criação do Compromisso de Ajustamento de Conduta Disciplinar busca instituir no Município de Porto Velho o Princípio da Discricionariedade da Ação Disciplinar, pelo qual a autoridade administrativa, examinando o caso concreto, pode eleger uma solução alternativa à aplicação de pena, respeitando os limites da lei. Sempre, obviamente, uma solução que atenda ao interesse público, aperfeiçoando o funcionário e dando ao serviço melhor qualidade.

Desta feita nobre vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Complementar em anexo, ao tempo em que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho, 07 de Julho de 2017.

  
HILDON DE LIMA CHAVES  
Prefeito

RECEBIDO EM:  
10/07/17  
VChaul





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28 , DE 07 DE JULHO DE 2017.

Proj. de Lei nº

Proj. de Lei Comp. nº 927/2017

Resolução nº 53

Decreto Legislativo

Emenda

Data 11/07/17

"Institui no Município de Porto Velho o Compromisso de Ajustamento de Conduta Disciplinar, como solução alternativa de procedimento disciplinar e de punição, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida nos incisos IV do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal de Porto Velho aprova e eu sanciono a seguinte

## LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º.** Fica instituído no Município de Porto Velho, o compromisso de ajustamento de conduta disciplinar, como solução alternativa de procedimento disciplinar e de punição às infrações disciplinares de menor potencial ofensivo.

**Parágrafo único.** Consideram-se infrações disciplinares de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os ilícitos administrativos cuja a pena cominada em abstrato para a conduta infracional imputada ao servidor seja a de repreensão ou de suspensão de até 10 (dez) dias.

**Art. 2º.** Como medida disciplinar alternativa de procedimento disciplinar e de punição, o compromisso de ajustamento de conduta disciplinar visa a reeducação do servidor, e este, ao firmar o termo de compromisso, espontaneamente, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se em observá-los no seu exercício funcional.

**Art. 3º.** O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta poderá ser elaborado quando a infração administrativa disciplinar, no seu conjunto, apontar ausência de efetiva lesividade ao Erário, ao serviço ou a princípios que regem a Administração Pública.

**Parágrafo único.** Para fins do que dispõe o caput deste artigo, deve o servidor preencher os seguintes requisitos, sucessivamente:

- I - inexistir dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator;
- II - o histórico funcional do servidor e a manifestação da chefia imediata lhe abonem a conduta;
- III - o servidor não tenha sofrido penalidade disciplinar aplicada em concreto há, pelo menos, cinco anos;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

IV – o servidor não esteja sendo beneficiado com outro ajustamento de conduta disciplinar.

**Art. 4º.** O compromisso de ajustamento de conduta disciplinar pode ser formalizado:

I – antes ou durante o curso do processo disciplinar ou sindicância administrativa, quando presentes, objetivamente, os requisitos descritos no caput e incisos I, II, III e IV do parágrafo único, do art. 3º desta Lei e,

II – pode ser recomendado, caso esteja concluída a fase instrutória da sindicância ou do processo disciplinar, desde que conste anuência do servidor.

**Art. 5º.** O Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I – será firmado nos autos do processo preparatório, ou no curso do processo de sindicância ou disciplinar, contendo dia, local, a descrição do fato e, se possível, a tipificação da conduta infracional atribuída ao servidor;

II – deverá conter a expressa manifestação de vontade do servidor em anuir com o termo do ajustamento da conduta;

III – o prazo e os termos ajustados para a correção da irregularidade ou infração.

**§ 1º.** O prazo que trata o inciso III deste artigo, será de 12 (doze) meses, no caso de a conduta ter previsão de pena de repreensão e de 24 (vinte e quatro) meses no caso de suspensão.

**§ 2º.** Não ocorrerá a prescrição durante o prazo firmado no termo de ajustamento de conduta, estabelecido no § 1º deste artigo.

**Art. 6º.** O compromisso firmado pelo servidor perante a Comissão Sindicante ou Processante deve ser homologado pelo Procurador Geral do Município, nos termos do inciso II do art. 159 c.c. inciso I do art. 181 ambos da Lei Complementar nº 385 de 1º de Julho de 2010.

**Art. 7º.** Ao ser publicado, o termo de compromisso de ajustamento de conduta deve preservar a identidade do compromissário e deve ser arquivado no assentamento do servidor sem qualquer averbação que configure penalidade disciplinar.

**Art. 8º.** O termo de compromisso de ajustamento de conduta será revogado se, no curso do prazo estabelecido no § 1º do art. 5º desta Lei, o servidor beneficiário vier a ser processado por outra infração disciplinar ou descumprir qualquer outra condição imposta, prosseguindo o processo de sindicância ou disciplinar em seus ulteriores termos.

**Art. 9º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.